

NOVIDADES LEGISLATIVAS

Edição de 25 de maio de 2023



Nesta edição:

- **CMA discute sobre a regulamentação do Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE)**

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) do Senado Federal reuniu-se hoje para a instrução do PL 412/2022 que **regulamenta o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE)** e demais matérias que tramitam em conjunto.

Senadora Leila Barros (PDT/DF), Presidente da Comissão, expôs que, assim como o Governo, que está organizando um GT interministerial para detalhar sua visão sobre tema, a Comissão também se esforçará para tal.

Davi Bomtempo, Gerente Executivo de Meio Ambiente e Sustentabilidade da CNI, ressaltou a existência de um consenso em torno do melhor modelo para o mercado de carbono, o **Cap and Trade**, no qual a indústria desempenha um papel crucial.

Relatou que a estratégia da CNI para uma economia de baixo carbono abrange 4 eixos: i) a transição energética, ii) o mercado de carbono, iii) a economia circular e iv) a conservação florestal. A proposta foi construída em parceria com vários setores e defende a regulação do mercado de carbono sob a ótica do Cap and Trade, alinhada com as metas do Acordo de Paris.

Bomtempo ressaltou que é necessário estabelecer uma **governança robusta com a participação do setor privado, associado a um sistema sólido de Monitoramento Relato e Verificação de emissões e remoções de gases de efeito estufa que confira credibilidade e garanta a integridade dos créditos gerados**. Finalizou afirmando que é importante utilizar os recursos financeiros de forma compartilhada em projetos de conservação florestal, eficiência energética, energias renováveis e outros.

Viviane Romeiro, Diretora de Clima do CEBDS, enfatizou a necessidade de aumentar a segurança jurídica para enfrentar os desafios relacionados à incerteza regulatória, tanto no mercado regulado quanto no voluntário. Romeiro **destacou que a abordagem Cap and Trade é a mais bem-sucedida globalmente com metas absolutas e integradas para todos os setores regulados, sendo a melhor prática a ser seguida**.

Aline Ferreira, Coordenadora do Grupo de Trabalho de Crédito de Carbono da ANBIMA, ressaltou a **necessidade de garantir a liquidez e a segurança jurídica** no mercado de carbono. Para isso, é

importante incluir esses ativos no arcabouço regulatório nacional, tratando-os como commodities e permitindo a participação de instituições financeiras.

Ferreira também mencionou a importância do tratamento imobiliário dos títulos gerados para atrair novos emissores e investidores. Além disso, ela destacou a necessidade de estabelecer um diálogo entre o mercado regulado e o voluntário, padronizando certificações para transferir créditos entre eles. Por fim, Aline ressaltou a importância da interoperabilidade dos serviços brasileiros com os globais para garantir a inserção do país nos mercados globais e a rastreabilidade adequada dos ativos.

Cristina Reis, Subsecretária de Desenvolvimento Econômico e Sustentável do Ministério da Fazenda, destacou a defesa de um mercado sólido com foco em tecnologia e geração de empregos, que abranja todas as atividades econômicas, visando a sustentabilidade.

O Pacote de Segurança Ecológica do Ministério aborda seis eixos: i) financiamento sustentável, ii) adensamento tecnológico, iii) transição energética, iv) bioeconomia, v) economia circular e vi) nova infraestrutura econômica-social. A Fazenda tem a responsabilidade de fornecer instrumentos econômicos e incentivos para alcançar esses objetivos. **Informou que a Secretaria está coordenando o GT interministerial para elaborar um relatório abrangente sobre o assunto, abordando aspectos como tratamento de dados de MRV e natureza jurídica dos ativos.**

Luciano Rodrigues, Diretor da UNICA, destacou que a indústria de cana-de-açúcar ocupa menos de 1% da área disponível no país, mas contribui com 20% da oferta de energia primária. Elogiou a Política Nacional de Biocombustíveis, especialmente o crédito de descarbonização (Cbio), o processo de certificação do RenovaBio e a auditoria da ANP. **Também enfatizou a importância de considerar esses instrumentos na regulamentação do mercado de carbono, permitindo a integração entre as políticas de biocombustíveis e carbono.** Além disso, disse que é fundamental garantir uma estrutura tributária isonômica para qualquer título.

A presidente da Comissão e relatora da matéria, Senadora Leila Barros, expressou que objetiva a elaboração de um relatório que atenda as diferentes visões apresentadas e **reiterou que haverá outras audiências públicas acerca do tema.**



Veja mais

Acompanhe o dia a dia dos projetos no LEGISDATA:
www.legisdata.cni.com.br

NOVIDADES LEGISLATIVAS | Publicação da Confederação Nacional da Indústria – CNI | Unidade de Assuntos Legislativos - CNI/COAL | Gerente Executivo: Marcos Borges de Castro | Coordenação técnica: Marcos Borges | Editoração: COAL | Supervisão gráfica: Coordenação de Divulgação CNI/CCI/GPC | Informações técnicas e obtenção de cópias dos documentos mencionados: (61) 3317.9399 | Assinaturas: Serviço de Atendimento ao Cliente (61) 3317.9989/9993 sac@cni.com.br | Setor Bancário Norte Quadra 1 Bloco C Edifício Roberto Simonsen CEP 70040-903 Brasília, DF (61) 3317.9000 | www.cni.com.br | Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.



Confederação Nacional da Indústria
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA